

ARTIGO DE REVISÃO

Liberdade e acesso: gestação na pandemia

Freedom of access: gestation in the pandemic

Libertad de acceso: gestación en la pandemia

Marina Godinho Hubner¹, Monique de Cássia Souza de Araújo², Leticia Dandara Paschoal de Faria³,
Rayane Lane Barros da Camara, Priscila Quintino Miranda⁵, Diane Batista Campos de Souza⁶

RESUMO

Objetivo: Descrever os desafios da assistência de enfermagem às gestantes no sistema prisional e identificar as políticas pertinentes. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa, utilizando as bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde, MEDLINE, IBECs e LILACS. O levantamento de dados inclui artigos científicos publicados entre julho 2017 a julho de 2022. **Resultados:** Estar gestante dentro dos presídios brasileiros e em tempo de pandemia traz receios dos problemas que possam ocorrer durante o período gestacional e sentimento de tristeza e ansiedade tornam-se frequentes, remetendo a um paralelo entre saúde, liberdade e acesso. **Considerações finais:** Identifica-se a precariedade dos presídios brasileiros e as falhas nos direitos humanos, tornando evidente o prejuízo à assistência em saúde. Com isso, diante do cenário da pandemia, percebeu-se a importância do enfermeiro no processo do cuidar, junto as políticas públicas na garantia de uma gestação saudável.

DESCRITORES:

Gravidez; Prisões; Política pública; Pandemias.

ABSTRACT

Objective: To describe the challenges of nursing care for pregnant women in the prison system and identify relevant policies. **Methodology:** This is an integrative, using the Virtual Health Library, MEDLINE, IBECs and LILACS. The data collection includes scientific articles published between July 2017 and July 2022. **Results:** Being pregnant inside Brazilian prisons and during a pandemic brings fear of problems that may occur during the gestational period, feelings of sadness and

Informações do Artigo:
Recebido em: 22/05/2024
Aceito em: 21/04/2024

¹Centro Universitário Augusto Motta, Faculdade de Enfermagem.

²Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora, Faculdade de Enfermagem.

³Centro universitário Celso Lisboa, Faculdade de Enfermagem.

⁴Centro Universitário Augusto Motta, Faculdade de Enfermagem.

⁵Centro Universitário Augusto Motta, Faculdade de Enfermagem.

⁶Universidade Presidente Antônio Carlos, Faculdade de Enfermagem. E-mail: dyanebatysta@yahoo.com.br

anxiety become frequent, referring to a parallel between health, freedom and access. **Final considerations:** The precariousness of Brazilian prisons and the flaws in human rights are identified, making evident the damage to healthcare. With this, in the face of the pandemic scenario, the importance of nurses in the care process was perceived, together with public policies to guarantee a healthy pregnancy.

DESCRIPTORS:

Pregnancy; Prisons; Public policy; Pandemics.

RESUMEN

Objetivo: Comprender los desafíos de la atención de enfermería a la mujer embarazada en el sistema penitenciario e identificar las políticas pertinentes.

Metodología: Esta es una revisión integradora, utilizando las bases de datos de la Biblioteca Virtual en Salud, MEDLINE, IBECs y LILACS. La recopilación de datos incluye artículos científicos publicados entre julio de 2017 y julio de 2022.

Resultados: Pasar vergüenza en las cárceles brasileñas y durante una pandemia rastrea el miedo a los problemas que puede no ocurrir durante el período gestacional, los sentimientos de tristeza y ansiedad si visitas frecuentes, refiriéndose a un paralelismo entre salud, libertad y acceso. **Consideraciones finales:** Identificar la precariedad de las cárceles brasileñas y las injusticias en los derechos humanos, evidenciando daños a la salud. Con ello, ante el escenario de la pandemia, se percibe la importancia de la enfermera en el proceso de atención, junto con las políticas públicas para garantizar un embarazo saludable.

DESCRIPTORES:

Embarazo; Prisiones; Política pública; Pandemias.

INTRODUÇÃO

A população carcerária feminina aumentou consideravelmente nos últimos anos, entre esse grupo estão as mulheres jovens, mães solteiras, afrodescendentes, com baixa escolaridade e baixo nível socioeconômico e que fazem uso de algum tipo de substância química e/ou são portadoras de alguma doença crônica ou respiratória ⁽¹⁾. Um percentual significativo dessa população são as gestantes, as quais necessitam de cuidados específicos durante o período gravídico-puerperal. Entretanto, as mulheres que se encontram encarceradas, contam com precárias condições dos presídios brasileiros, vivendo em celas superlotadas, sem ventilação e iluminação inadequada, deixando-as vulneráveis a transmissão de diversas doenças ⁽²⁾.

Além disso, a pandemia do novo Coronavírus, conhecido como Covid-19, revelou diversos níveis de desigualdade social e a escassez de recursos apropriados para atender as orientações dadas à sociedade. Neste cenário, a população carcerária que em grande parte é relegada a segundo plano, se deparou com as falhas dos direitos humanos e com condições de saúde precárias, ocasionando uma luta diária por cuidados básicos e dignidade ⁽³⁾.

Desse modo, a Organização Mundial de Saúde, classificou as gestantes como grupo de risco para o SARS-COV-2, agente etiológico da Covid-19, uma vez que ao serem infectadas pelo vírus podem apresentar desde sintomas leves como uma síndrome gripal até complicações mais graves,

podendo ocasionar risco de morte materna e neonatal ⁽⁴⁾.

Dado o exposto, faz-se necessário que os profissionais de saúde se qualifiquem e desenvolvam ações que possibilitem uma assistência de qualidade, norteando-se pelos princípios da humanização que colaboram para reforçar a atenção à saúde como um direito, sanando dúvidas em relação ao corpo, as condições de saúde e ampliando a efetividade das práticas de saúde, dando a esta população autonomia e domínio sobre seu próprio corpo⁽⁵⁾.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) evidencia a integralidade da atenção à saúde em um conjunto de ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, recuperação e vigilância em saúde, ações que devem ser realizadas nos diferentes níveis de atenção à saúde, com o objetivo de garantir a toda assistência integral ao Sistema Único de Saúde (SUS) ⁽⁶⁾.

No âmbito das políticas públicas de saúde, a enfermagem tem papel fundamental junto à população carcerária feminina de modo a prestar uma assistência de qualidade que permita a mulher em situação prisional o direito a uma gestação saudável e livre de riscos e danos ao binômio mãe-filho. Torna-se relevante enfatizar os direitos e as políticas que regem esta população e a importância do preparo desses profissionais da enfermagem para lidar com a assistência à saúde no âmbito prisional e com os desafios propostos pela pandemia da Covid-19 ⁽⁷⁾.

Sendo assim, a temática surgiu ao observar uma lacuna na capacitação dos profissionais enfermeiros acerca da assistência de enfermagem a gestantes privadas de liberdade, potencializada pelos inúmeros desafios mediante a pandemia da Covid-19 ⁽²⁾.

Este estudo justifica-se pela sua relevância social e acadêmica, uma vez que para o ensino de enfermagem acredita-se que o estudo contribua para consubstanciar novas formas de concepção acerca do cuidado em saúde voltados a população reclusa de liberdade. Objetivou-se, portanto, descrever os desafios da assistência de enfermagem às gestantes no sistema prisional durante a pandemia da Covid-19 e identificar as políticas pertinentes.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, cujo método é caracterizado pelo agrupamento de informações com o objetivo de associar e sintetizar os resultados sobre uma determinada temática, ou seja, organizar as informações para uma avaliação criteriosa a fim de contribuir para um melhor entendimento da temática investigada ⁽⁸⁾.

Em primeiro momento, foram definidos o tema e os objetivos, cujo presente estudo apontará as principais políticas que norteiam e asseguram por lei os direitos das gestantes em cárcere privado e para o alcance dos objetivos do estudo, elencamos a seguinte questão norteadora: quais as condições

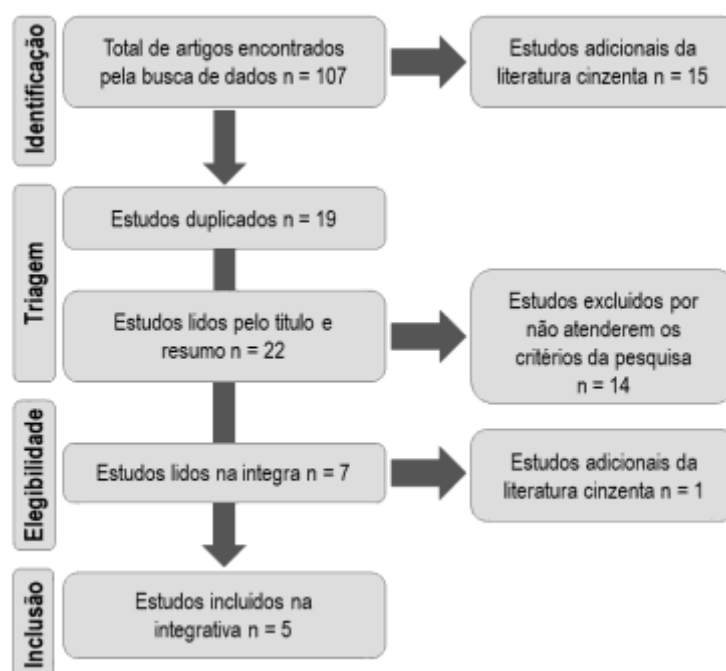
que caracterizam a população carcerária feminina como vulnerável?

Na segunda etapa, para a seleção dos artigos, foi realizada a busca na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Base de Dados em Enfermagem (BDEnf), utilizando-se as seguintes palavras-chaves: “Gravidez” and “Prisões” and “Políticas Públicas” and “Pandemias”. A busca foi feita entre artigos publicados no ano de 2017 a 2022, utilizando trabalhos publicados nos seguintes idiomas: português, inglês e espanhol, conforme apresentado na figura 1.

Ainda além, os critérios de inclusão da amostra foram: artigos científicos publicados na íntegra, com recorte temporal de cinco anos, nos idiomas em português, inglês e espanhol, normatizações do Ministério da Saúde e materiais didáticos que impliquem diretamente na temática escolhida. Entre os critérios de exclusão ressalta-se: artigos duplicados nas bases de dados ou com apresentação de resultados insuficiente, teses, dissertações, fora da temática em questão e fora do recorte temporal.

Para a coleta de dados foi elaborado um formulário, pelos próprios autores, contendo o título dos artigos, tipo de estudo e publicações entre os anos de 2017 a 2022. A análise dos estudos ocorreu conforme as recomendações da classificação *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta Analysis: the PRISMA Statement (PRISMA)* (9).

Figura 1. Fluxograma do processo de identificação, seleção e inclusão dos estudos, elaborado a partir da recomendação PRISMA



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

RESULTADOS

A busca nas bases de dados apresentou um total 22 artigos e ao realizar a leitura prévia dos títulos e resumos, cinco textos foram selecionados para serem lidos na íntegra e compor a presente pesquisa. Ainda além, para análise do material coletado, utilizou-se uma tabela sinóptica, quadro 1, com os cinco artigos selecionados em ordem cronológica que subsidiaram a revisão integrativa.

Quadro 1. Detalhamento dos artigos selecionados

Título	Ano	Delineamento e número de participantes	Intervenções	Desfecho	Nível de evidência do estudo
1. O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário ⁽¹⁰⁾ .	2017	Revisão integrativa da literatura. Não há participantes.	Consulta de enfermagem como ação humanizada durante o pré-natal.	Discorre sobre atendimento qualificado incluindo acesso à assistência.	Nível de evidência: 5.
2. Dificuldades das mulheres privadas de liberdade no acesso aos serviços de saúde ⁽¹¹⁾ .	2018	Estudo exploratório descritivo, com abordagem qualitativa. 15 participantes.	Discutir sobre as populações vulneráveis e como as mulheres presas acessam os serviços de saúde.	Reforça a escassez de profissionais de saúde para atender as necessidades básicas das presidiárias.	Nível de evidência: 7.
3. A saúde e sua relação com a ressocialização das presidiárias ⁽¹²⁾ .	2019	Estudo qualitativo, tipo descritivo. Não há participantes.	Analisar a relação que o acesso à saúde de mulheres presas pode ter com o processo de ressocialização.	Fala sobre a saúde as práticas de cuidado em saúde para que sejam parte relevante e integrada ao processo de ressocialização.	Nível de evidência: 7.
4. Pertencimentos sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão ⁽¹³⁾ .	2020	Estudo descritivo exploratório com abordagem qualitativa. 7 participantes.	Compreender as experiências da gestação e parto de mulheres em situação prisional.	O descumprimento de previsões legais, dificultando o acesso à saúde.	Nível de evidência: 7.
5. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil ⁽¹⁴⁾ .	2020	Revisão integrativa de natureza qualitativa. Não há participantes.	Trata de analisar as condições saúde social, psíquica e física das internas.	Evidencia importantes queixas a serem consideradas quanto ao atendimento à saúde, apesar de haver assistência médico-hospitalar.	Nível de evidência: 5.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Após análise de cada estudo selecionado foi possível identificar que palavras como solidão, ansiedade, abandono e sentimento de invisibilidade são repetidas nas seguintes pesquisas, remetendo a um paralelo entre saúde, liberdade e acesso. Sendo assim, o enfrentamento da Covid-19 implica em orientações de isolamento social, uso de máscara e reforça a higienização, penalizando a população carcerária que frente ao processo de encarceramento não conseguem realizar orientações básicas (4-11).

DISCUSSÃO

Cumprir pena em locais inapropriados mediante o presente contexto pandêmico potencializa as vulnerabilidades às quais as encarceradas estão expostas e somado a condição de se estar grávida pode acarretar complicações obstétricas sérias como o retardo no crescimento uterino, prematuridade e baixo peso ao nascer. Além disso, existe uma prevalência aumentada de mulheres reclusas portadoras de doenças infecciosas as quais são responsáveis por cerca de 17,5% das mortes, como infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e o vírus da hepatite C (15-16).

As gestantes requerem atenção especial ao longo dos nove meses e mudanças fisiológicas, imunológicas e anatômicas durante esse período são esperadas e ao serem expostas as doenças infecciosas, como o vírus da Covid-19, as tornam passíveis as infecções respiratórias com o nível de gravidade elevado, podendo acarretar hipoxemia materna, que ocasiona ao bebê o sofrimento fetal e/ou parto pré-termo (16).

Nesse cenário, o profissional da enfermagem tem vivido grandes desafios na tentativa de cumprir a Lei de Execução Penal (LEP) nº 11.942/09 a qual garante as mulheres apenas o cumprimento de um pré-natal e pós-parto de qualidade e humanizado. A atuação do enfermeiro a essas mulheres é indispensável, tanto por seu caráter preventivo, como também protagonista na assistência de saúde, mostrando que à saúde é capaz de trazer mudanças significativas na vida dessa população (17-18).

Ações desenvolvidas e aplicadas pelo profissional de enfermagem para proporcionar bem-estar e garantir saúde as gestantes durante o pré-natal, parto e puerpério, são fundamentadas no cuidado humanizado. No entanto, promover a saúde dentro das instituições penais é desafiador e preocupante, mulheres em condições carcerárias possuem comportamentos e hábitos singulares, necessitando de cuidados específicos cujos presídios não estão preparados e organizados para supri-los (2).

O sistema penitenciário brasileiro é considerado um complicador de saúde pública, devido as condições insalubres das unidades prisionais e, com isso, as equipes muitas das vezes, contam apenas com o enfermeiro e técnico em enfermagem, que estão sobrecarregados devido ao crescimento do contingente prisional e logo o aumento da demanda pelos serviços de saúde (2).

Entretanto, como todo cidadão a mulher privada de liberdade possui o direito à saúde de qualidade, a qual é garantido constitucionalmente nos artigos 196 e seguintes da Constituição Federal de 1988. Contudo, as práticas que violam os direitos humanos usam como justificativas a atual condição da mulher em estar presa, rotulando-a de transgressora, usuária de drogas e irresponsável, deslegitimando os seus direitos por lei e ocasionando um déficit nas necessidades dessa população ⁽¹¹⁻¹²⁾.

Nesse contexto, para um melhor entendimento e direcionamento das práticas profissionais a serem adotadas no ambiente prisional, conta-se com as políticas públicas, uma vez que a Lei de Execução Penal determina que é de responsabilidade do estado sanar as necessidades de saúde das pessoas privadas de liberdade, e assim inserir essas mulheres no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) ^(17,19).

Deste modo, a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), tem por intermédio garantia do atendimento às pessoas reclusas em todos os níveis de complexidade, pontuando metas para obter uma assistência à saúde de qualidade, como a inserção da gestante na Rede Cegonha, desde a confirmação da gestação até os dois primeiros anos de vida do bebê ⁽²⁰⁾.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher tem como objetivo atender as mulheres em sua integralidade, em todas as fases da vida, respeitando as necessidades e características de cada mulher. No entanto, mesmo nas instituições penais as quais realizam ações voltadas a atenção integral a saúde da mulher, existem questionamentos sobre a qualidade da assistência prestada em algumas áreas do país e seu impacto nos indicadores ⁽²¹⁾.

Todos os questionamentos trazem a necessidade de se propor mudanças no modelo assistencial e, com isso, a PNAISP enfatiza que a saúde deve ser integral, humanizada e organizada na própria unidade prisional. Sendo assim, o Ministério da Saúde descreve as diretrizes do Programa de Humanização do Parto e Nascimento (PHPN) como um modelo de atenção à saúde da mulher na gestação e no parto, ressaltando que deve haver espaço adequado acompanhamento da gestação, parto e puerpério, apresentando como principal estratégia para melhoria do acesso ^(5,6).

Limitações do estudo

As limitações encontradas referem-se à delimitação temporal, levando em consideração o contexto da pandemia ocasionada pelo Novo Coronavírus, a escolha das bases de dados e a temática escolhida.

Contribuições para a área da enfermagem, saúde ou políticas públicas

Este estudo contribui por descrever as questões que tornam as gestantes em cárcere uma população vulnerável e, assim, identificar os desafios enfrentados pelos profissionais da enfermagem ao realizarem suas atividades nas instituições penitenciárias brasileiras e por fim entender quais políticas públicas regem essa população carente de assistência à saúde. Através dessa análise será possível ter uma melhor compreensão sobre a temática e elaborar novas pesquisas sobre o assunto, sanando as lacunas no conhecimento dos profissionais mediante a assistência voltada as gestantes privadas de liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou observar como a precarização dos presídios brasileiros é capaz de violar muitos dos princípios do processo penal, fato esse evidenciado pela falta de subsídios para promoção em saúde, potencializado pela pandemia do Novo Coronavírus que colaboram para que as gestantes reclusas de liberdade estejam em um alto grau de vulnerabilidade.

Portanto, notou-se a importância das políticas públicas e a relação do enfermeiro no direcionamento e implementação do direito a uma assistência de qualidade nos processos de humanização e acolhimento as gestantes em situação de cárcere. Por isso, os profissionais da saúde devem realizar cuidados, orientar e contribuir com ações em saúde com o objetivo de garantir a população carcerária feminina o direito de uma gestação tranquila e saudável.

REFERÊNCIAS

1. Delziovo CR, Oliveira SC, Jesus OL, Coelho SBE. Atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade: Atenção à Saúde da Mulher Privada de Liberdade. Florianópolis: UFSC; 2015. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/7427/1/Saude_Mulher.pdf.
2. Silva GS, Pereira MC. Desafios do Enfermeiro na Assistência à saúde da Gestante Privada de Liberdade. Revista JRG de Estudos Acadêmicos. 2020; 3(6):182-198. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/116>.
3. Souza GC, Cabral KDS, Leite-salgueiro CDB. Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa. Arq. Cienc. Saúde UNIPAR. 2018; 22(1):55-62. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6240>.
4. Estrela FM, Silva KKA, Cruz MA, Gomes NP. Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios. Revista de Saúde Coletiva. 2020; 30(2):1-5. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1125361>.

5. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS [Internet]. [citado em 12 de Maio de 2022]; Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasus>.
6. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional [Internet]. [citado em 30 de novembro de 2020]; Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/pnaisp/pnaisp>.
7. Castilho A, Silva FE. Atenção à Saúde das Mulheres em Situação Prisional: Um estudo de revisão integrativa. IV Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG II Salão de Extensão. 2016; 108-110. Disponível em: <https://ojs.fsg.edu.br/index.php/pesquisaextensao/article/view/2149/1735>.
8. Souza LMM, Vieira CMAM, Severino SSP, Antunes AV. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. Revista investigação em enfermagem. 2017;17-26. Disponível em: <http://www.sinaisvitalis.pt/images/stories/Rie/RIE21.pdf#page=17>.
9. Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow, CD, et al. Updating guidance for reporting systematic reviews: development of the PRISMA 2020 statement. J Clin Epidemiol. 2021; 134:103-12. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio%20do%20Windows/Downloads/s13643-021-01626-4.pdf>.
10. Félix RS, França RJD, Nunes TJ, Cunha CBCI, Davim BMR, Pereira BJ. O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário. Revenferm UFPE online. 2017; 11(10): 3936-47. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/15187/24357>.
11. Graça CBM, Mariano MM, Cabral FJ, Nascimento FV, Gleriano SJ. et al. Dificuldades das mulheres privadas de liberdade no acesso aos serviços de saúde. Rev Bras Promoç Saúde. 2018; 31(2):1-9. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/7374/pdf>.
12. Oliveira KRV, Santos AAP, Albuquerque JM, Moraes MM. A saúde e sua relação com a ressocialização das presidiárias. Revenferm UFPE online. 2019; 13(2):541-5. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/235921/31382>.
13. Dalenogare G, Vieira LB, Maffaccioli R, Riquinho DL, Coelho DF. Pertencimentos sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão. UFRGS. 2020; 263-272. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/v9Tp6ZmcN3ktQWCQz3n4nYt/?format=pdf&lang=pt>
14. Chaves LH, Araújo ICA. Gestação e maternidade em cárcere: Cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. Revista de Saúde Coletiva. 2020; 30(1):1-11. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/physis/2020.v30n1/e300112/>.
15. Carvalho SG, Santos ABS, Santos IM. A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento. Universidade Federal da Bahia. 2020: 3493-3502. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/GCbXVPLqVYQ7Kxz7SsVCjVS/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20pandemia%20de%20COVID%2D19,doen%C3%A7a%20%C3%A9%20o%20isolamento%20social>.

16. Misquita MS, Silva PG, Braz GA, Souza ABAG, Melo DFC, Melo FNP. Atendimento de gestantes na atenção primária a saúde pela enfermagem durante a pandemia do SARS-COV-2. *Revista Nursing*. 2020; 23(269): 4723-4726. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/971/1110>.

17. Carvalho SG, Santos ABS, Santos IM. A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento. Universidade Federal da Bahia. 2020: 3493-3502. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GCbXVPLqVYQ7Kxz7SsVCjVS/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20pandemia%20de%20COVID%2D19,doen%C3%A7a%20%C3%A9%20o%20isolamento%20social>.

18. Ministério da Justiça. Lei nº 11.942 de maio de 2009. Lei de Execução Penal [Internet]. [citado em 02 de Janeiro de 2022]; Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11942.htm.

19. Ministério da Justiça. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal [Internet]. [citado em 02 de Janeiro de 2022]; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210compilado.htm.

20. Ministério da Saúde (BR). Portal de Legislação. Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional SUS [Internet]. [citado em 12 de Maio de 2022]; Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/226123-politica-nacional-de-atencao-as-mulheres-em-situacao-de-privacao-de-liberdade-e-egressas-do-sistema-prisional>.

21. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. [Internet]. [citado em 30 de Junho de 2022]; Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf.